

OS DESAFIOS SOCIAIS DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN E SUAS PARTICULARIDADES EM SALA DE AULA

Elza de Arruda Solidade Oliveira¹
Janis Christine Angelina Cavalcante²
Jine Kácia de Lucena Monteiro Calado³
Josefa Pollyanne Lafayette da Costa⁴
Paula Cleonice Lafayette Vasconcelos⁵
Polyvana Laura Cordeiro Lafayette Simões⁶

RESUMO: Este artigo explora os desafios sociais enfrentados por estudantes com Síndrome de Down, enfatizando a necessidade de uma abordagem sensível e abrangente. O estudo traz uma revisão da literatura existente buscando compreender o impacto social e didático da inclusão destes alunos. Alguns dados relevantes foram absorvidos a partir de uma revisão bibliográfica de uma pesquisa qualitativa, que buscou compreender a visão de educadores e especialistas que atuam com esse público. Durante a análise, é possível perceber tópicos que dissertam sobre o suporte individualizado para esses alunos, além dos impactos da colaboração escola-família. Nesse contexto, é relevante considerar a capacitação de docentes, a adaptação da grade curricular e das metodologias, assim como tratar da importância do profissional educador. O artigo aponta direcionamentos que englobam a necessidade de mais estudos e o desenvolvimento de políticas públicas educacionais que garantam uma educação inclusiva e de qualidade.

Palavras-chave: Desafios Sociais. Educador. Inclusão. Processo de Aprendizagem. Síndrome de Down.

ABSTRACT: This article explores the social challenges faced by students with Down Syndrome, emphasizing the need for a sensitive and comprehensive approach. The study provides a review of the existing literature aimed at understanding the social and didactic impact of including these students. Some relevant data were gathered from a bibliographic review of a qualitative research study that sought to understand the perspectives of educators and specialists working with this population. The analysis also reveals topics that discuss individualized support for these students, as well as the impacts of school-family collaboration. In this context, it is relevant to consider the training of teachers, the adaptation of the curriculum and methodologies, as well as addressing the importance of the professional educator. The article points to the need for further studies and the development of public educational policies that ensure inclusive and quality education.

Keywords: Social Challenges. Educator. Inclusion. Learning Process. Down Syndrome.

¹Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas.

²Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas.

³Mestra em Letras pela UPE.

⁴Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas.

⁵Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas.

⁶Doutoranda em Ciências da Educação na Universidad de la Integración de las Américas.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD) é uma condição genética causada por um excesso de material cromossômico. O corpo humano é constituído por várias células, em seu interior são encontrados os cromossomos que definem diversas características do organismo: altura, sexo, cor dos olhos, entre outros. Cada uma dessas células possui 46 cromossomos, que na maioria das pessoas é constituído por pares, dois a dois, isso implica dizer que existem 23 duplas de cromossomos dentro de cada célula. A síndrome se manifesta quando há alteração em um desses cromossomos, chamado de nº 21, assim apresentando um a mais, ou seja, ao invés de ter dois cromossomos de nº 21, o indivíduo que possui a Síndrome de Down tem três, portanto é também conhecido como a Trissomia do Cromossomo 21 (PUECHEL, 1993).

Essa condição genética pode apresentar uma série de desafios significativos para os alunos em um ambiente escolar, em uma escala ampla incluem dificuldades relacionadas a habilidades motoras e cognitivas, assim como a capacidade de se comunicar com clareza, levando à baixa interação social e a um vocabulário limitado (VOIVODIC, 2013).

Contudo, é relevante observar que diante de muitas dificuldades que um aluno com Síndrome de Down possa ter, ele também pode demonstrar outras grandes aptidões e capacidades únicas, alinhadas diretamente com uma educação inclusiva, que desenvolva estratégias e suportes individualizados buscando atender as suas necessidades específicas e levando-o a alcançar seu pleno potencial. A abordagem em sala de aula exige um enfoque cuidadoso e adaptado, necessitando de uma política transparente e sensível que vise a inclusão dos estudantes com necessidades especiais. Os gestores das instituições de ensino também devem estar comprometidos com esta política e oferecer apoio aos professores facilitando este processo (VOIVODIC, 2013).

A inclusão de alunos com Síndrome de Down se faz muito importante no que diz respeito a temáticas que englobem a diversidade, mas não somente por isso, integrar esses estudantes no ambiente escolar revela o impacto positivo sobre o desenvolvimento pessoal, acadêmico e social de todos os envolvidos em uma sala de aula. Para alguns estudiosos do comportamento humano, como PIAGET (1986) e VYGOTSKY (1999), relatam em suas pesquisas que o conhecimento é fruto das trocas entre o indivíduo e o meio, sendo responsáveis pela construção da própria capacidade de conhecer. Por isso a importância de integrar esse estudante nos espaços de aprendizagem, contribuindo para o compartilhamento de saberes e refletindo no seu desenvolvimento não só acadêmico, mas em suas relações

interpessoais do convívio em sociedade.

A partir dessa temática, serão abordados neste artigo estudos, dados e pesquisas que revelem os desafios dos estudantes com SD, e como as instituições de ensino podem ser uma via facilitadora para inclusão verdadeira, somadas aos bons resultados de uma equipe capacitada, pais, familiares e a participação da sociedade no cumprimento das legislações que regem esta pauta.

PERCURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para este documento científico, buscou-se investigar as singularidades atreladas aos desafios sociais vivenciados por um estudante com Síndrome de Down na sala de aula. Neste propósito, existe a necessidade de discussão deste tema de maneira abrangente e sensível, e assim sendo, adota-se uma metodologia detalhada combinando diferentes enfoques metodológicos.

Iniciando a estrutura do artigo elaborou-se uma Revisão Bibliográfica, que consiste em uma análise da literatura existente sobre o conteúdo apresentado, buscando compreender seus impactos sociais no contexto didático-pedagógico. Foram revisados artigos científicos e acadêmicos, livros, e estudos já publicados visando estabelecer fundamentos teóricos e uma base sólida para analisar as lacunas do tema.

Em seguida, foi possível considerar as revisões de estudos publicados com Análise de Dados, que abordam uma pesquisa bibliográfica qualitativa, focada na interpretação de entrevistas.

Por último, prezou-se pela elaboração de Recomendações que buscam oferecer orientações e abordagens práticas, envolvendo estratégias pedagógicas e colaboração a partir da escola-família para que sejam promovidos espaços integradores que estimulem e favoreçam o desenvolvimento social e pedagógico desses estudantes diante de uma experiência participativa entre todos os profissionais que alinham diretrizes de suporte ao aluno com Síndrome de Down.

O PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL EM SALA DE AULA

O processo de abordagem social que visa garantir a inclusão dos estudantes com Síndrome de Down na sala de aula, requer uma série de práticas e estratégias que busquem atender às necessidades desses alunos na promoção de ambientes adaptáveis e acolhedores. Para FERNANDES (2006), a inclusão “é um movimento ligado à valorização de todas as

pessoas, independente de suas diferenças individuais, inclusive àquelas com deficiências”.

De acordo com a Lei nº 9.394 - LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação que estabelece no artigo 58 um conceito sobre educação especial, e posteriormente, no inciso 1º dispõe sobre a disponibilidade de serviços e no inciso 2º sobre o atendimento:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Dessa forma, o direito desses estudantes em ter o atendimento especializado e adequado é assegurado por lei, assim como também pode ser visto na Constituição Federal de 1988 (CF/88), em que fala no Art. 208, parágrafo III – “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo o acesso à educação especial aos estudantes que necessitem.

A partir das informações mencionadas é possível reconhecer a importância da etapa escolar inserida na vida de um aluno, para VYGOTSKY (2007), o conhecimento é construído através de ações partilhadas, levando em consideração as interações entre os indivíduos e o ambiente no qual estão inseridos. Este conceito também pode ser aplicado a vida de um aluno com SD, pois, uma vez que essas crianças possuem a deficiência mental como uma de suas características mais constantes, é, portanto, evidente a complexidade e a importância de sua educação (VOIVODIC, 2013).

A superação de algumas dessas barreiras se dá a partir de estímulos específicos, inclusão e profissionais capacitados, visando garantir que esses alunos participem de maneira plena das atividades escolares e consigam se beneficiar do ambiente educacional de maneira equitativa. Seguido também do papel da escola, que deve proporcionar oportunidades para que essas crianças com Síndrome de Down desenvolvam suas habilidades sociais, e construam sua identidade pessoal com a sensação de autorrespeito e satisfação (PUESCHEL, 1993).

Algumas estratégias que estimulem o seu desenvolvimento social e emocional, o previnam do isolamento social, criando o senso de pertencimento junto a comunidade escolar e o estimulando para lidar com os desafios da vida adulta, se fazem necessárias para conseguir êxito no processo de inclusão em sala de aula. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) se torna uma abordagem eficaz, pois como mencionado por RUSSO (2024) e PEREIRA (2024),

ele atua mobilizando recursos e estratégias de acessibilidade para a eliminação das barreiras visando o acesso, a permanência e a participação do estudante.

O PAPEL DOS EDUCADORES NA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO

O envolvimento dos docentes na integração dos alunos com Síndrome de Down é crucial para assegurar o acesso a uma educação equitativa e enriquecedora. As iniciativas de inclusão realizadas pela equipe pedagógica vão além do ato de ensinar, sendo essencial adotar abordagens que valorizem e respeitem a individualidade de cada aluno.

Segundo SOUSA, SILVA, SOARES (2020), o educador é quem participa ativamente e toma conhecimento do desenvolvimento e progressos na educação dos estudantes, sendo assim, conseguem planejar melhorias e colaboram com planejamento da vida escolar diária. Cabe aos professores uma das mais importantes tarefas, articular a grade educacional integrando o conhecimento prévio sobre o aluno com SD e o seu modo de aprendizagem. Para isso, existem formações acadêmicas e especializações para esse docente, assumindo uma função de professor qualificado em AEE (Atendimento Educacional Especializado), de acordo com a Resolução CNE/CEB n.4/2009, que “Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial”, em seu artigo 12, menciona:

Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Os professores do AEE, realizam os atendimentos aos estudantes de maneira complementar ou suplementar, e em parceria com a escolarização, levando em consideração as habilidades e necessidades dos estudantes que requeiram este método. O Ministério da Educação regulamenta a partir do Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008, as atribuições exercidas por um professor de Atendimento Educacional Especializado:

A Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial; b. Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade; c. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncional; d. Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; e. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; f. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; g. Ensinar e usar recursos de Tecnologia Assistiva [...]. h. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando a disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. i.

Promover atividades e espaços de participação da família e a interface com os serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros.

Também é cabível ao educador a missão de ensinar e auxiliar a proposta adaptada, sensibilizar e conscientizar a turma regular sobre a relevância de viver em um ambiente diversificado e inovador, estimulando os discentes a lidar com as variadas ideias e preparando-os para os desafios do mundo moderno. Essa cooperatividade não somente enriquece a experiência de aprendizagem dos alunos, mas atua na promoção de um ambiente mais agradável e motivador para todos os envolvidos.

De maneira geral, quando falamos em um aluno com Síndrome de Down, deve-se levar em consideração que estes discentes levam um tempo a mais no seu processo de desenvolvimento e demandam de mais fatores que facilitem a sua evolução, portanto, necessitam de propostas pedagógicas que promovam o aprendizado, e que podem ser abordadas por um professor do AEE. O papel da família também é determinante neste processo, podendo influenciar de maneira positiva ou negativa, por isso a importância de ser estabelecido um vínculo mais próximo com o núcleo familiar, isto é, o educador se inclui no papel de aproximar e estender as atividades de estímulo, para que o aluno com SD possua o devido progresso nos seus ambientes de convívio.

ANÁLISE DE DESAFIOS SOCIAIS A PARTIR DO DISCURSO DOS PROFESSORES

Neste tópico, busca-se fazer uma análise de cunho bibliográfico a partir de uma pesquisa realizada por autores que estudam a Síndrome de Down, e o esforço para integrar esses alunos em salas de aula de ensino regular. A análise da pesquisa estudada foi baseada na metodologia qualitativa, uma vez definida como:

A investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Esta pesquisa bibliográfica proporcionou uma análise detalhada e aprofundada sobre o tema escolhido, permitindo explorar de forma abrangente os diversos aspectos e perspectivas relacionadas ao assunto, neste ponto foi selecionada a análise de três psicólogos (MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2008), realizadas em escolas de rede regular na cidade de Nova Hamburgo/RS.

Participaram da pesquisa 19 professores, com três níveis de escolaridades: ensino médio completo, ensino superior incompleto e ensino superior completo, visando compreender sua

visão ao trabalharem com alunos com Síndrome de Down. A entrevista foi realizada abordando temas relacionados a percepção sobre o trabalho de inclusão, a visão e o papel da escola nesse contexto e ainda o entendimento familiar entre os alunos com SD e os demais alunos (MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2008).

A respeito dos resultados obtidos com a análise, os educadores relataram que durante suas formações acadêmicas esses assuntos não foram abordados em sala de aula, demandando, portanto, cursos de extensão, especialização ou de capacitação realizados pelos mesmos (MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2008). Sendo necessário ressaltar que para o mundo moderno, no qual estamos inseridos, a grade curricular dos cursos de magistério/licenciatura deve abordar, no contexto da formação pedagógica, pautas de inclusão, aplicadas não somente na teoria, mas também na prática, uma vez que a informação por si só não é suficiente (GILMORE; CAMPBELL; CUSKELLY, 2003).

No que se refere ao trabalho de inclusão exercido pelo professor, foi possível perceber relatos que mencionam os desafios enfrentados, gerando muitas vezes resistências e frustrações, mas quando se conta com o apoio da escola tudo torna-se mais tranquilo, inclusive englobando neste processo os especialistas que fazem os atendimentos clínicos aos alunos (MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2008). Para MANTOAN (2000), o primeiro passo para a proposta inclusiva é rever o Projeto Político- Pedagógico (PPP), uma vez que o processo exige um redimensionamento da escola como um todo. Assim, é possível perceber nesse relato, como a declaração dos educadores ressalvam a importância de a escola avançar em parceria com o processo, oferecendo assistência para que a inclusão se concretize.

De acordo com a pesquisa, a maioria dos pais de alunos com Síndrome de Down entrevistados apresentam momentos onde os mesmos se mostram apreensivos, pois têm dificuldades em acreditar na capacidade de aprendizagem do seu filho, impactando diretamente na independência e nas potencialidades destes alunos (MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2008). A família desempenha um papel fundamental e deve se alinhar junto a escola nesse processo, alguns autores especialistas afirmam que essa parceria é muito importante e decisiva no processo de inclusão (BEYER 2005).

Por fim, a última análise da pesquisa se concentrou em perceber a relação de outros pais de alunos que não possuem Síndrome de Down, assim foi possível detectar que a inclusão ainda é alvo de críticas, pois levou-se a acreditar que alunos com necessidades especiais deveriam estudar em escolas especializadas, sugerindo que esse processo de inclusão de alguma

forma prejudicaria os outros alunos da sala (MENEGOTTO; MARTINI; LIPP, 2008). Diante das informações é importante ressaltar que essa crença foi por muitos anos validada, e atualmente vivemos num processo de transição, com a educação inclusiva sendo cada vez mais adotada nas escolas, por isso, compreendemos a resistência como algo inerente a educação, e a intervenção neste processo parte de todo grupo escolar, incluindo a equipe pedagógica e familiares dos estudantes.

Em conclusão, os resultados da pesquisa bibliográfica convidam a uma reflexão sobre inclusão dos estudantes com Síndrome de Down, pois por muitos momentos foi possível perceber nas declarações dos professores a carência de recursos para concretização efetiva desta pauta. Também se leva em conta a importância dos trabalhos interdisciplinares, professores capacitados e especialistas que possam contribuir para elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP), considerado todos os agentes participantes do processo de inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo abordou de maneira ampla os desafios sociais enfrentados pelos alunos com Síndrome de Down, destacando-se a importância da promoção e criação de ambientes educacionais inclusivos e acolhedores. Juntamente com as dificuldades que permeiam a concretização da pauta, também foi possível explorar alguns obstáculos enfrentados pelos docentes, tornando-se uma barreira no dia a dia dos alunos. De certa forma, quando as escolas não possuem profissionais capacitados para possibilitar o desenvolvimento destes estudantes, isso se torna um desafio social que precisa ser revisto. Os mesmos, que são intensificados pela ausência de políticas públicas educacionais que promovam oportunidades, levando a um aumento do desconhecimento da sociedade escolar.

Durante a discussão, foi possível observar que para obtenção do sucesso da inclusão dos discentes com SD, são essenciais diversos momentos de compreensão das suas necessidades individuais, bem como a implementação de estratégias pedagógicas que levem em consideração suas potencialidades e também suas limitações específicas. Isso inclui diretamente no papel dos professores, uma vez que estabelecem um vínculo mais forte com os estudantes e, portanto, favorecem e estimulam o seu processo de desenvolvimento cognitivo tais como: socialização, atenção, organização, melhores capacidades de comunicação, e não havendo cooperação das partes envolvidas, a inclusão não acontece. Alguns autores reiteram esse pensamento, para BERNAL (2008):

[...] o enfrentamento das necessidades educacionais dos alunos com deficiência, elucidando as condições clínicas desses alunos, desmistificando a incapacidade, ou ainda contribuindo com o planejamento integrado de recursos adaptativos, compensatórios ou alternativos individuais para os mesmos [...]

A família também deve participar efetivamente desse processo, oferecendo apoio e em parceria com a comunidade escolar, fortalecendo o entendimento de que cada aluno possui o seu ritmo e forma de aprendizado, entretanto muitos pais desconhecem este pensamento. Os estímulos oferecidos em casa se tornam muito importantes para complementar a parceria entre escola e família, e nesse ciclo os pais são agentes transformadores que impulsionam os filhos em várias dimensões do seu desenvolvimento. Compreendendo que a concretização da inclusão dos estudantes com Síndrome de Down não se reduz somente às questões que suprem suas necessidades educacionais, mas também abrangem a plena participação vida social.

Apesar dos avanços na inclusão escolar, com esta pesquisa foi possível concluir que as oportunidades de educação de qualidade para estudantes com SD ainda são insuficientes, e mesmo quando existem, ainda faltam o suporte social e emocional para sua evolução. Estes desafios são constantemente intensificados por atitudes preconceituosas e pela falta de compreensão que reforçam a necessidade de desmistificação, eliminando mitos que muitas vezes são atribuídas as pessoas com esta síndrome. Através da educação é possível promover uma visão mais clara sobre suas capacidades e necessidades, garantindo que todos os estudantes desenvolvam suas potencialidades.

RECOMENDAÇÕES

A partir dos estudos bibliográficos e das análises realizada, foi possível elaborar uma lista de recomendações que abrange a minimização das dificuldades vivenciadas por alunos com Síndrome de Down. Essas diretrizes tem como objetivo promover a inclusão afetiva, melhorar sua experiência educacional, integrando a este assunto uma abordagem coesa e multidimensional, que estão organizadas abaixo por tópicos

Desenvolvimento e capacitação de professores: Através de projetos de formação continuadas e especialização em programas de educação inclusiva, como o Atendimento Educacional Especializado (AEE), coordenando estratégias pedagógicas e técnicas específicas para o direcionamento de alunos com Síndrome de Down. Neste processo, os docentes enriquecem seu discurso quando estudam as características e comportamentos da síndrome e passam a melhor conduzir os planos de ação.

Adequação da metodologia e da grade curricular: Os métodos de aprendizagem voltados a alunos com SD devem estimular o desenvolvimento cognitivo e social, juntamente a isso se faz necessário a adaptação das abordagens de ensino para que possibilitem um currículo flexível, permitindo a participação destes alunos nas atividades escolares. Recursos visuais e audiovisuais são incentivos importantes para

facilitar a sua comunicação.

Promoção de empatia: A partir dessa iniciativa, a comunidade escolar consegue incentivar a compreensão entre os alunos. A sua efetivação pode ser realizada a partir de trabalhos em grupos incitando a discussão sobre diversidade e inclusão.

Atendimento individualizado: Como visto nesta pesquisa, alunos com Síndrome de Down possuem características próprias, cada um com seu modo de aprendizagem, portanto, se faz eficiente que a unidade educacional disponibilize assistência personalizada, proporcionando materiais didáticos específicos, recursos adaptados e acesso a tecnologias assertivas, de maneira que ofereça suporte na realização de suas atividades.

Participação da família: A comunicação entre o grupo escolar e o núcleo familiar é primordial para que se possa discutir o progresso do aluno e ajustar as estratégias conforme houver necessidades. Estabelecer esse contato faz o processo ser mais assertivo e a família consegue melhor entender e apoiar o desenvolvimento social e educacional.

Promoção da criação de políticas públicas educacionais: Desenvolver os programas de sensibilização contribuem para desmistificar a SD, promovem a compreensão do núcleo de convivência destes estudantes, incluindo os outros colegas de classe, pais, professores e funcionários. As campanhas educativas também são formas de celebrar a diversidade e reforçam a importância da inclusão.

Revisão contínua e desenvolvimento de diretrizes: Se faz necessário a revisão e a avaliação regular das estratégias adotadas para que assegurem as melhores práticas de inclusão direcionadas aos estudantes. As orientações definem um plano estratégico para a execução das diretrizes estabelecidas promovendo o progresso do discente.

A implementação dessas recomendações são fundamentais para melhorar a vivência dos alunos com Síndrome de Down nas salas de aula, contribuindo para a promoção de instituições mais inclusivas, equitativas e respeitosas.

10

Portanto, também é aconselhável que outros pesquisadores estimulem as discussões que reforcem a importância dos educadores na formação integral e inclusiva dos alunos, além de prosseguir com as investigações acerca do tema abordado, uma vez que no mundo contemporâneo, há um número crescente de métodos e tecnologias inovadoras disponíveis para apoiar educadores e alunos, oferecendo suporte prático no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Parágrafo 3 Artigo 208. **Dispõe sobre o dever do Estado com a educação [...].** Brasília, DF, [2024]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10650040/artigo-208-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BERNAL, C. **Posso entrar? Um estudo sobre a inclusão de alunos com deficiências físicas em instituições de ensino regular na cidade de Sorocaba.** 2000. 140 p. Dissertação (Mestrado em

Educação) - Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2000.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BOGDAN, R. C.; BILKEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista.

GILMORE, L.; CAMPBELL, J.; CUSKELLY, M. **Changing Student Teachers' Attitudes Toward Disability and Inclusion**. *Journal of Intellectual & Developmental Disability* [S.l.], v. 28, n 4, p. 369-379, Dec. 2003b.

GILMORE, L.; CAMPBELL, J.; CUSKELLY, M. **Developmental Expectations, Personality Stereotypes and Attitudes Towards Inclusive Education: community and teacher views of Down syndrome**. *International Journal of Disability, Development and Education*, Australia, v. 50, n. 1, p. 65-76, Mar. 2003a.

LUIZ, F; BORTOLI, P; SANTO, M; NASCIMENTO L. **A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede regular de ensino: desafios e possibilidades**. Ribeirão Preto, SP, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

MENEGOTTO, L; MARTINI, F; LIPP, L. **Inclusão de alunos com síndrome de Down: discursos dos professores**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PIAGET, J. **A Construção do real na criança**. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

PUECHEL, S. – **Síndrome de Down Guia Para Pais e Educadores**. 4º ed. Campinas: Papitus, 1993.

REGO, T. **VYGOTSKY: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

RUSSO, L; PEREIRA, L. **O Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a Inclusão Educacional de Estudantes com Deficiência**. São Paulo, SP: Instituto Paradigma, 2024.

STAINBACK, S.; Stainback W. **Inclusão: um guia para educadores**. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

STRAY-GUNDERSEN, K. **Crianças com Síndrome de Down: guia para pais e educadores**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SCHWARTZMAN, J. **Síndrome de Down**. São Paulo. Mackenzie: Memnon, 1999.

SOUZA, M; SILVA, I; SOARES, R. **Inclusão Escolar De Crianças Com Síndrome De Down Na Educação Infantil**. Timon, MA: Revista Amor Mundi, 2020.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKY, L; LURIA, A; LEONTIEV, A. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 5. ed. São Paulo: Ícone, 1994.

VUOLO, L. **Inclusão de alunos com Síndrome de Down no ensino regular**. 2017. 25

f. Trabalho de conclusão de curso (licenciatura - Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências (Campus de Rio Claro), 2017.

_____. **Ministério da Educação. Diretrizes e bases da educação nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Disponível em: portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. **Educação inclusiva: princípios e desafios**. Mediação, Rio de Janeiro, n. 1, p. 22-28, dez. 1999